



Carta do Rio de Janeiro

Nós, representantes e parceiros do Movimento Brasileiro de Luta Contra as Hepatites Virais (MBHV) reunidos nos dias 06 e 07 de dezembro de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, manifestamos preocupação com o momento vivido pelas pessoas vivendo com os vírus das hepatites no Brasil.

O direito à saúde é constitucionalmente garantido em nosso país há 30 anos, mas, apesar dos avanços em bem-estar conquistados pela população brasileira por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda temos um longo caminho a percorrer para que tal direito seja efetivado.

Nesse sentido, as pessoas vivendo com os vírus das hepatites são exemplos de cidadãos cujo direito à saúde poderia ser melhor garantido. Contudo, a escassez de recursos públicos – agravada por medidas de austeridade fiscal – e interesses privados têm se colocado como barreiras ao atendimento às necessidades em saúde desses cidadãos.

Uma vez que as hepatites virais são doenças silenciosas, há, ainda, milhares de pacientes não diagnosticados no Brasil. Em relação à Hepatite C, por exemplo, estima-se que haja mais de 650 mil pessoas vivendo com o vírus no país. Contudo, temos visto as ações públicas para identificação e atendimento integral dessas pessoas – incluindo populações-chave como usuários de drogas e encarcerados – se enfraquecendo.

Uma vez identificados, as pessoas vivendo com Hepatite C não têm tido a universalidade e a integralidade da assistência terapêutica asseguradas. A garantia pelo Poder Público de monopólio à indústria farmacêutica para produção e venda de medicamentos para tratamento da Hepatite C e os consequentes altos preços das terapias, por exemplo, tem dificultado a organização e a execução da Assistência Farmacêutica do SUS. Há longas filas de pacientes esperando por medicação e incertezas em relação à compra dos tratamentos com a qual o Ministério da Saúde se comprometeu.

O Ministério da Saúde também se comprometeu com a meta da Organização Mundial da Saúde para eliminação das hepatites virais até 2030. Contudo, as recentes decisões e propostas no âmbito das relações internacionais do governo brasileiro geram incertezas



sobre a manutenção desse importante compromisso para os cidadãos vivendo com hepatites em nosso país.

Diante de tal contexto, o MBHV, como organização da sociedade civil – ator fundamental na tomada de decisões em uma sociedade democrática – diretamente interessada na efetivação do direito à saúde das pessoas vivendo com hepatites no Brasil, conclama as brasileiras e os brasileiros a unirem suas vozes para:

- 1) Defender o Sistema Único de Saúde (SUS) – o maior sistema público de transplantes do mundo! - como melhor e principal estratégia para garantir o direito à saúde da população brasileira;
- 2) Defender a universalidade, a integralidade e a equidade da assistência às pessoas vivendo com hepatites virais, incluindo aqueles ainda não identificados integrantes de populações em situação de risco;
- 3) Defender o financiamento adequado para as ações e os serviços públicos de saúde;
- 4) Defender a priorização das necessidades em saúde das pessoas vivendo com hepatites e do interesse público frente aos interesses do mercado;
- 5) Honrar o compromisso brasileiro com a meta da Organização Mundial da Saúde para eliminação das hepatites virais, como grande ameaça à Saúde Pública mundial, até 2030.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2018.